

**ANÁLISE CRÍTICA DOS AVANÇOS E DESAFIOS NO PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE MAFRA/SC**

**CRITICAL ANALYSIS OF THE ADVANCES AND CHALLENGES IN THE MUNICIPAL
EDUCATION PLAN OF MAFRA/SC**

**ANÁLISIS CRÍTICO DE LOS AVANCES Y DESAFÍOS EN EL PLAN MUNICIPAL DE
EDUCACIÓN DE MAFRA/SC**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-332>

Data de submissão: 29/11/2025

Data de publicação: 29/12/2025

Eglecir Terezinha Cardoso da Luz Sauer

Mestranda em Desenvolvimento Regional
Instituição: Universidade do Contestado (UNC)
E-mail: eglecir@eglecir.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3048-6996>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0957168849599174>

Argos Gumbowsky

Doutor em Educação
Instituição: Universidade do Contestado (UNC)
E-mail: argos@unc.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7217-9025>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4683648621815266>

Robson de Faria Silva

Doutor em Administração
Instituição: Universidade do Contestado (UNC)
E-mail: robson.silva@professor.unc.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9404-3439>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0246236704621405>

Teresinha Chiraski Linzmeyer

Mestranda em Desenvolvimento Regional
Instituição: Universidade do Contestado (UNC)
E-mail: Teresinha.linzmeyer@unc.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7590-5284>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2082070863081582>

RESUMO

O Plano Municipal de Educação (PME) de Mafra-SC, instituído pela Lei Municipal nº 4.124/2015, constitui um instrumento estratégico de planejamento das políticas educacionais do município até 2024, estruturado em 19 metas e 226 estratégias. Este artigo analisa os avanços e desafios relacionados ao cumprimento dessas metas, com ênfase na formação de professores, infraestrutura escolar e nos impactos decorrentes da pandemia de COVID-19. A partir de uma abordagem analítica baseada em dados do MEC/INEP e em relatórios oficiais do município, o estudo busca oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais locais, destacando a necessidade de

monitoramento contínuo, revisão das estratégias e fortalecimento das ações voltadas à inclusão e à equidade no ensino.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação. Desenvolvimento Regional. Mafra. Metas Educacionais. Qualidade de Ensino.

ABSTRACT

The Municipal Education Plan (PME) of Mafra-SC, established by Municipal Law No. 4.124/2015, represents a strategic framework for guiding local educational policies through 2024, encompassing 19 goals and 226 strategies. This article examines the progress and challenges related to the implementation of these goals, with emphasis on teacher training, school infrastructure, and the impacts of the COVID-19 pandemic. Using an analytical approach grounded in MEC/INEP data and municipal reports, the study aims to provide insights that may strengthen local educational policies, highlighting the need for continuous monitoring, strategic adjustments, and improved actions to promote inclusion and educational equity.

Keywords: Municipal Education Plan. Regional Development. Mafra. Educational Goals. Quality of Teaching.

RESUMEN

El Plan Municipal de Educación (PME) de Mafra-SC, establecido por la Ley Municipal nº 4.124/2015, constituye un instrumento estratégico para orientar las políticas educativas locales hasta 2024, organizado en 19 metas y 226 estrategias. Este artículo analiza los avances y desafíos relacionados con el cumplimiento de dichas metas, con énfasis en la formación docente, la infraestructura escolar y los impactos de la pandemia de COVID-19. A partir de un enfoque analítico basado en datos del MEC/INEP y en informes municipales, el estudio busca ofrecer aportes para el fortalecimiento de las políticas educativas locales, resaltando la necesidad de monitoreo continuo, revisión de estrategias y acciones orientadas a la inclusión y equidad educativa.

Palabras clave: Plan Municipal de Educación. Desarrollo Regional. Mafra. Metas Educativas. Calidad de la Enseñanza.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) de Mafra foi criado como um instrumento de planejamento estratégico para promover o desenvolvimento educacional e identificar pontos de progresso entre os anos de 2015 e 2024. Ele está representado por 19 metas e 226 estratégias distribuídas em bases de prioridade, como acesso, qualidade, inclusão e formação docente.

O plano abrange todas as etapas da educação, desde a educação infantil até o ensino superior e profissionalizante. Entretanto, desafios significativos surgiram ao longo de sua implementação, incluindo a pandemia de COVID-19, que tornou mais forte os problemas já existentes, como a fuga escolar e as dificuldades no uso de tecnologias, mostrando uma série de avanços, mas também destaca desafios em relação ao cumprimento das metas que foram estabelecidas.

A educação é um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento social, cultural e econômico de uma nação, desempenhando papel essencial na formação de cidadãos e na promoção da igualdade de oportunidades, sendo orientada por planejamento estratégicos que buscam garantir a qualidade do ensino e a universalização do acesso à educação básica. Nesse contexto a elaboração de Planos Municipais de Educação (PMEs) representa uma estratégia importante voltada para a melhoria do sistema educacional local.

De acordo com (Dourado, 2017), os PMEs são fundamentais para a consolidação do direito à educação, uma vez que garantem a continuidade e a coerência das políticas educacionais em âmbito municipal, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Federal nº 13.005/2014.

O PME de Mafra, estabelecido pela Lei Municipal nº 4.124/2015, está alinhado ao Plano Nacional de Educação (PME) e ao Plano Estadual de Educação (PEE-SC), que reflete as políticas públicas educacionais em nível nacional e estadual. Com vigência de dez anos, seu monitoramento e avaliação são importantes para garantir que suas metas sejam realmente executadas e ajustadas conforme as necessidades educacionais locais.

O acompanhamento e a avaliação do PME são processos fundamentais para a verificação do cumprimento das metas educacionais estabelecidas. Segundo (Cury, 2012), o planejamento e a gestão educacional devem partir de diagnósticos consistentes sobre a realidade escolar, permitindo que as ações sejam orientadas por evidências concretas e resultem em políticas mais eficazes e socialmente legitimadas. Para (Garay, 2011), gestão é o processo de dirigir a organização para então tomar decisões levando sempre em consideração as demandas do ambiente e os recursos disponíveis. Dessa forma, os relatórios de monitoramento permitem identificar avanços, desafios e barreiras no cumprimento das metas, possibilitando a tomada de decisões mais eficazes.

A avaliação contínua contribui para o melhoramento das políticas educacionais e para a adequação das estratégias de implementação, promovendo uma educação mais justa e de qualidade. Além disso, de acordo com (Freitas, 2014), a avaliação educacional não deve se limitar ao atendimento de metas quantitativas, mas precisa incorporar critérios de justiça e de acesso, permitindo analisar de forma mais ampla o impacto social das políticas públicas e a efetiva melhoria da qualidade de ensino. Entretanto, diversos fatores impactam a efetividade do PME, dificultando o alcance pleno das metas estabelecidas.

Dentre esses fatores, destacam-se questões relacionadas ao financiamento da educação, à infraestrutura escolar, à formação de professores e à participação social na gestão educacional. De acordo com (Pinto, 2018), o crônico subfinanciamento da educação brasileira compromete de forma significativa a implementação das políticas públicas educacionais, produzindo déficits estruturais e pedagógicos que limitam a qualidade da oferta e a efetividade das ações planejadas. Além disso, a pandemia de COVID-19 trouxe desafios adicionais, afetando a efetivação de diversas metas, principalmente aquelas relacionadas ao acesso e à qualidade do ensino. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2021) indicam que a pandemia agravou as desigualdades educacionais, mostrando a necessidade de políticas mais firmes para suavizar os impactos da crise sanitária na aprendizagem dos estudantes.

Outra barreira relevante é a dificuldade na coleta e disponibilização de dados confiáveis para avaliação, como apontado nos relatórios de monitoramento do PME de Mafra. A ausência de dados atualizados compromete a precisão das análises e dificulta o planejamento de ações eficazes para a melhoria da educação municipal. A análise crítica do cumprimento das metas do PME é essencial para compreender o cenário educacional do município e propor melhorias nas políticas públicas.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de avaliar de forma sistemática os avanços e desafios do PME de Mafra, contribuindo para a melhoria da gestão educacional e para o fortalecimento das políticas de monitoramento e avaliação educacional.

Desse modo este trabalho tem como objetivo analisar criticamente o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação de Mafra, identificando os avanços alcançados, as metas que permaneceram paradas e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais. Portanto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o aperfeiçoamento do planejamento educacional do município, oferecendo subsídios para os gestores, ~~classe~~ e demais agentes envolvidos na formulação e execução das políticas educacionais. Além disso, a análise crítica do PME pode servir como referência para outros municípios que buscam otimizar seus

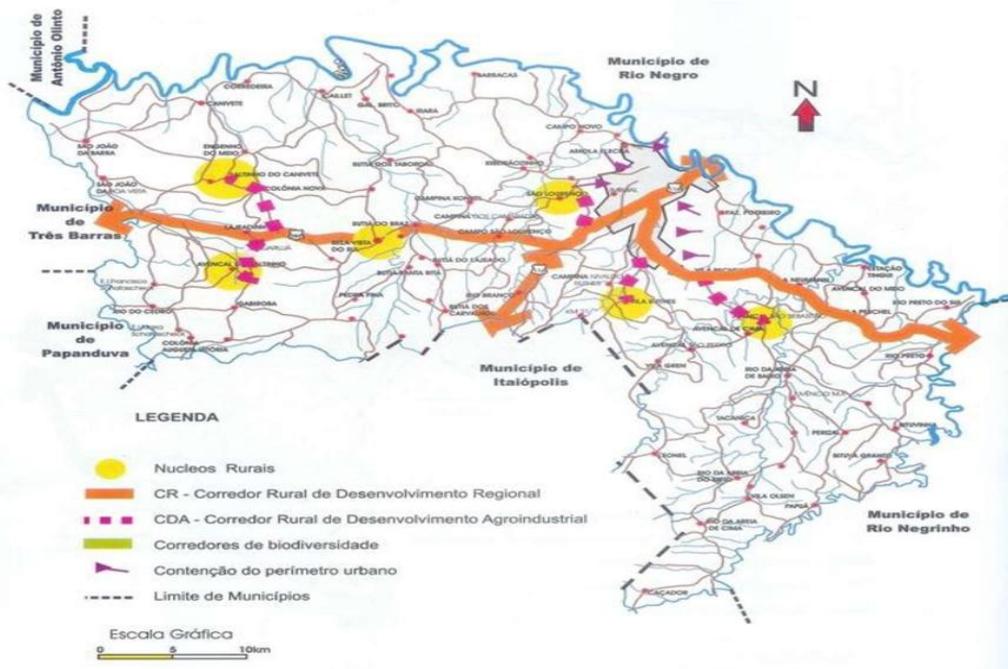
processos de monitoramento e avaliação, garantindo uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTO DO MUNICÍPIO E DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O município de Mafra, localizado no Planalto Norte do estado de Santa Catarina, possui uma população estimada 57.262 habitantes em 2025 e uma área territorial de 1.404,084 km². A agropecuária é a atividade que mais incentiva a economia do município, setor que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento local. A estrutura educacional do município reflete as características socioeconômicas da região e enfrenta desafios específicos relacionados à infraestrutura, financiamento e formação docente.

Figura 1 – Mapa do Município de Mafra/SC



Fonte: PME, Mafra (2022)

A avaliação do PME de Mafra aponta avanços significativos em algumas áreas, mas também destaca dificuldades no cumprimento de diversas metas. Entre os principais progressos, destaca-se a ampliação da taxa de escolarização na educação infantil. De acordo com dados do MEC/Inep — Censo Escolar (2022), 95% das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas na pré-escola, atingindo quase integralmente a Meta 1 do PME, que previa a universalização dessa etapa. No entanto, a taxa de atendimento para crianças de até 3 anos em creches é de apenas 28,2%, bem abaixo da meta

estabelecida de 80%, mostrando a necessidade de políticas mais eficazes para ampliar o acesso a essa etapa educacional.

Além disso, a quantidade total de matrículas na rede municipal em 2023 foi de 5.874 alunos, distribuídos entre a educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA). Embora o ensino fundamental tenha sido ampliado, a universalização ainda não foi plenamente atingida, especialmente para os anos finais, onde a evasão escolar continua sendo um problema. A taxa de conclusão do ensino fundamental na idade adequada atingiu 78%, ficando abaixo dos 95% previstos no PME. Os dados indicam que, apesar dos esforços municipais, barreiras como a desigualdade socioeconômica e a falta de infraestrutura adequada dificultam a permanência dos estudantes na escola.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental dos relatórios de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Mafra, publicados entre os anos de 2017 e 2022. A pesquisa documental, segundo (Cellard, 2012), permite uma investigação aprofundada sobre a evolução das políticas educacionais, identificando padrões e desafios ao longo do tempo.

Desse modo, foram examinados documentos oficiais, tais como os relatórios bienais de monitoramento do PME, bem como o próprio texto da Lei Municipal nº 4.124/2015, que institui o Plano Municipal de Educação, indicadores do MEC/Inep (Censo Escolar, IDEB) e dados financeiros do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) referentes ao investimento educacional do município. A análise dos dados será comandada através de técnica de análise do conteúdo, conforme proposta por (Bardin, 2016), permitindo a identificação dos principais temas relacionadas ao cumprimento das metas educacionais. Serão observadas as metas que apresentaram avanços, aquelas que foram parcialmente cumpridas ou que permaneceram paralisadas e os desafios relatados na implementação do PME.

Além disso, buscará identificar as situações de dificuldades apontadas nos documentos e sua relação com fatores estruturais e políticos que influenciam a execução do plano. Por fim, a pesquisa pretende fornecer uma visão do desempenho do PME em Mafra, contribuindo para o aprimoramento das políticas educacionais e para o desenvolvimento do plano de ação mais eficaz de monitoramento e avaliação da educação municipal.

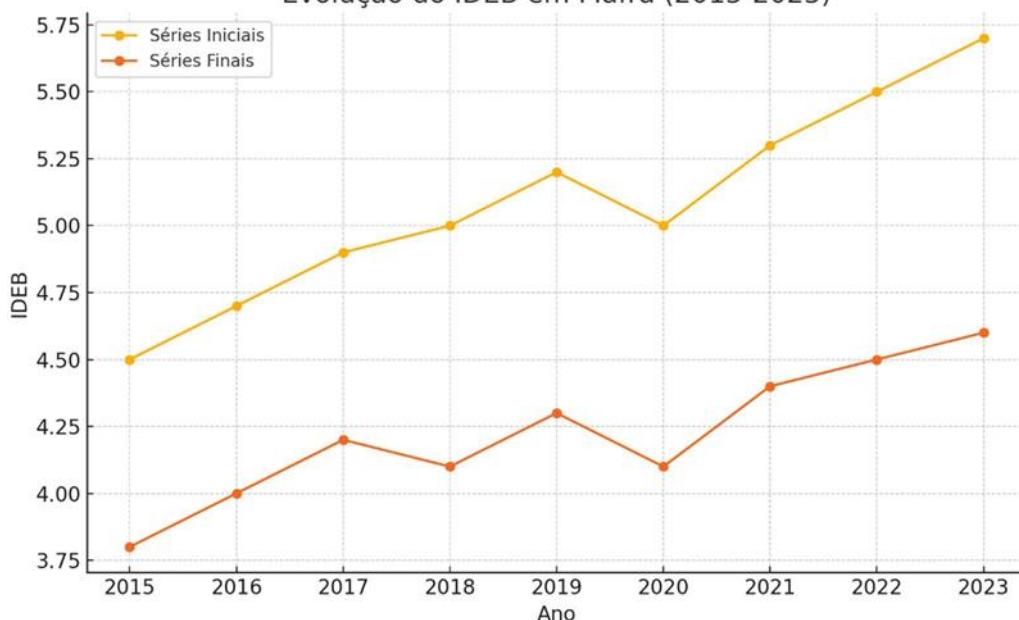
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 QUALIDADE E RESULTADO EDUCACIONAIS

A análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostra que Mafra atingiu as metas estabelecidas para as séries iniciais do ensino fundamental, mas enfrenta dificuldades para alcançar os objetivos nas séries finais. Segundo o MEC/Inep (2023), a nota do IDEB para os anos iniciais foi de 6,0, cumprindo a meta estabelecida, enquanto para os anos finais foi de 4,8, abaixo da meta projetada de 5,5. Esses dados reforçam a necessidade de aperfeiçoamento nas práticas pedagógicas e no acompanhamento do aprendizado dos alunos. Além disso, o baixo desempenho nas séries finais pode estar associado à insuficiência de recursos pedagógicos e à carência de formação específica para professores dessas etapas.

Os relatórios do PME de Mafra também indicam que houve avanços na formação continuada dos professores, um dos fatores essenciais para a melhoria da qualidade do ensino. A meta de garantir que pelo menos 50% dos professores tenham pós-graduação lato sensu foi superada, atingindo 59,5%. De acordo com (Gatti, 2019), a formação e o desenvolvimento profissional dos docentes são fundamentais para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a valorização do trabalho docente, repercutindo diretamente na qualidade das aprendizagens dos estudantes. De acordo com (Nóvoa; Alvim, 2021), o investimento consistente na formação de professores constitui um dos pilares fundamentais para a construção de sistemas educacionais mais justos, eficazes e comprometidos com a melhoria contínua da aprendizagem.

Figura 2
Evolução do IDEB em Mafra (2015-2023)



Fonte: PME, Mafra (2022)

4.2 INFRAESTRUTURA ESCOLAR E INVESTIMENTOS

Outro desafio crítico identificado é o investimento por aluno. De acordo com os dados financeiros do SICONFI (2023), o município investiu em média R\$ 7.420,00 por aluno da rede municipal. Embora esse valor represente um crescimento em relação aos anos anteriores, ele ainda está abaixo da média estadual e nacional, impactando diretamente na infraestrutura das escolas, na oferta de recursos didáticos e na formação continuada dos professores.

Estudos apontam que a infraestrutura escolar precária compromete a qualidade do ensino e dificulta a inclusão de estudantes com deficiência, conforme apontado por (Pinto, 2019), que destaca a necessidade de reformas estruturais e ampliação do acesso a materiais pedagógicos adequados.

Além disso, foram inauguradas novas creches, como o CEIM Nossa Senhora das Graças e a Creche Jardim Novo Horizonte, porém algumas reformas estruturais ainda estão pendentes. O cumprimento das metas de acessibilidade escolar ficou em 45%, muito distante da previsão de 80% do PME. O salário médio dos professores municipais, ajustado para valores de 2023, também está abaixo da média estadual, o que influencia na atração da carreira docente e a permanência de profissionais qualificados. Segundo (Pinto, 2019), a valorização dos docentes está diretamente relacionada ao desempenho acadêmico dos estudantes, pois professores mais bem remunerados tendem a permanecer mais tempo na profissão, acumulando experiência e garantindo a continuidade pedagógica.

4.3 IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EXECUÇÃO DAS METAS

A pandemia de COVID-19 agravou os desafios educacionais, comprometendo o avanço de diversas metas. A alteração para o ensino remoto afetou principalmente os estudantes em situação de fragilidade, contribuindo para um aumento na fuga escolar e para dificuldades no desempenho acadêmico. Conforme dados da UNESCO (2021), regiões com infraestrutura escolar precária enfrentaram maiores dificuldades na adaptação ao ensino híbrido, evidenciando desigualdades no acesso às tecnologias educacionais.

Os efeitos da pandemia ainda são visíveis no desempenho escolar dos alunos, com queda nos índices de alfabetização e dificuldades no aprendizado de disciplinas fundamentais, como Matemática e Língua Portuguesa. Segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2021), a suspensão das aulas presenciais durante a pandemia evidenciou profundas desigualdades no acesso a recursos tecnológicos e à internet, especialmente entre estudantes em situação de maior vulnerabilidade social. A dificuldade de acesso a dispositivos adequados e à

conectividade limitou a participação desses alunos nas atividades remotas, ampliando as desigualdades educacionais pré-existentes e comprometendo a continuidade do processo de aprendizagem. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2021) também demonstram que países com infraestrutura escolar precária sofreram impactos mais severos na continuidade da aprendizagem durante o período de ensino remoto.

4.4 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Outro ponto crítico está relacionado à gestão democrática da educação. Apesar dos esforços para fortalecer a participação social, os relatórios do PME indicam que o envolvimento da comunidade escolar na formulação e no acompanhamento das políticas educacionais ainda é limitado. Segundo (Gohn, 2011), a participação ativa da sociedade nos espaços colegiados e no processo de gestão contribui decisivamente para o fortalecimento das políticas públicas, tornando-as mais eficazes e socialmente legitimadas. Dados do INEP (2021) indicam que escolas com maior comprometimento da comunidade apresentam melhores resultados educacionais, reforçando a importância do controle social na execução das metas do PME.

Além disso, estudos de (Paro, 2012) indicam que a descentralização da gestão escolar e a criação de espaços de participação ativa, como conselhos escolares, favorecem o comprometimento da comunidade e fortalecem o vínculo entre escola e sociedade. Segundo (Dourado, 2016) o fortalecimento da gestão democrática constitui um elemento central para a efetividade dos planos de educação, incluindo os PMEs, uma vez que amplia a transparência, favorece o controle social e promove maior envolvimento da sociedade civil na construção de uma educação pública de qualidade.

Por fim, o aperfeiçoamento dos procedimentos de monitoramento e controle social é essencial para garantir a continuidade e o sucesso do PME, permitindo que Mafra avance de forma sustentável na melhoria da qualidade da educação para todos os seus cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o Plano Municipal de Educação (PME) de Mafra/SC apresenta avanços relevantes sobretudo no que se refere à ampliação do acesso à educação infantil e à elevação dos níveis de formação dos docentes, confirmando sua importância como instrumento orientador da política educacional no âmbito local. Apesar desses avanços, foram identificadas limitações estruturais persistentes, especialmente no atendimento em creches, nos indicadores de desempenho

dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e nas condições de infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares.

Os resultados indicam que o principal desafio não reside apenas no cumprimento formal das metas, mas na capacidade institucional do município de operacionalizar as estratégias previstas, garantindo sua efetividade, continuidade e monitoramento. A fragilidade dos sistemas locais de avaliação e a escassez de dados sistematizados reduzem a eficiência da tomada de decisão baseada em evidências e comprometem o planejamento de médio e longo prazo.

Conclui-se que o avanço das políticas educacionais municipais depende da consolidação de uma gestão pública orientada por resultados, do fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação e da ampliação dos investimentos em infraestrutura e formação continuada de professores. A institucionalização de processos permanentes de acompanhamento, associados ao fortalecimento da transparência e do controle social, configura-se como condição necessária para a efetividade do PME e para a garantia do direito à educação de qualidade.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem análises comparativas entre municípios e investiguem o impacto longitudinal das políticas educacionais locais, de modo a produzir evidências empíricas mais robustas para o aperfeiçoamento das políticas públicas na área da educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; Almeidina, 2016.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 junho. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 dez. 2025

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. (Org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P.295-316.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Planejamento e políticas públicas de educação no Brasil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2012. P.41-62.

DOURADO, Luiz Fernandes. A gestão democrática da educação e o Plano Nacional de Educação. Educação & Sociedade, Campinas, v 37, n.136, p.1135-1150, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação (PNE): monitoramento, avaliação e desafios. Brasília: Inep, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. A avaliação: da prática à teoria. Campinas: Autores Associados, 2014.

GARAY, Ângela. Gestão. In: CATTANI, Antonio David; HOZLMANN, Lorena (Org.). Dicionário de trabalho e tecnologia. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores: condições de trabalho e desenvolvimento profissional no Brasil. São Paulo: Unesp, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011

IBGE. Indicadores Demográficos e Educacionais, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

INEP. Indicadores educacionais no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

MAFRA. Lei Municipal nº4.124, de 17 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação. Mafra, SC: Prefeitura Municipal de Mafra, 2015.

MEC/Inep. Censo Escolar 2022. Brasília: MEC, 2022.

NÓVOA, Antonio; ALVIM, Yara. Formação de professores: aprender a profissão. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2021.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Infraestrutura escolar e qualidade do ensino. In: Oliveira, Romualdo; Duarte, Clarice; Gouveia, Andréa Bardosa (Org.). Financiamento da educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 2019.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento da educação no Brasil: diagnósticos e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas/SP, v.39, n.145, p.637-662, 2018.

PINTO, José Marcelino de Rezende; Alves, Thiago. Carreira e remuneração docente no Brasil: desafios e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas/SP, v.40, n.147, 2019.

SICONFI. Relatório financeiro da educação municipal. Brasília: Tesouro Nacional, 2023.

UNESCO. Educação e desigualdades sociais no contexto da pandemia. Paris: UNESCO, 2021.

UNICEF, Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes. Brasília: UNICEF Brasil, 2021.